

Relatório Reservado

1171

CONGRESSO EXAMINA PROPOSTA QUE TRANSFORMA SADEN NO SUPERMINISTÉRIO DO PODER MILITAR

Bayma quer manter estrutura do Conselho de Segurança

Vanda Célia

Está com o relator da Comissão de Defesa Nacional da Câmara, deputado Mendes Ribeiro, do PMDB gaúcho, o Projeto de Lei nº 2.145, enviado pelo Executivo ao Congresso para regulamentar, como determina a Constituição, o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional, mas que contém na verdade a perpetuação do Conselho de Segurança Nacional, que os constituintes extinguíram.

Em 29 de setembro de 1988, dias antes da promulgação da Constituição, o presidente José Sarney criou a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden). Na época, o deputado José Genofno, do PT de São Paulo, tentou argüir a inconstitucionalidade do ato, mas seu pedido foi arquivado.

O chefe do Gabinete Militar e secretário-geral do Conselho de Defesa Nacional, general Rubens Bayma Denys, mobiliza todos os esforços para que a mensagem do Executivo — que tomou no Congresso o nº 175/89 — seja aprovada. Se o relator Mendes Ribeiro pedir e sua comissão aprovar, a mensagem seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça. Aprovada aí, não precisa nem passar pelo plenário, a menos que algum parlamentar a solicite.

Bastam dez. A luta de Bayma Denys para manter intacta, com outro nome, a antiga Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional não reflete apenas a tentativa de preservar o poder militar junto à Presidência da República. Acontece que, sob a égide da doutrina de segurança nacional, criou-se o costume de designar para a Secretaria do Conselho o chefe do Gabinete Militar, que tem *status* de ministro.

Não há razão nem para que o Gabinete Militar (ou o Civil) seja um ministério, nem para que o secretário do Conselho de Defesa Nacional seja algo mais do que um burocrata encarregado de manter a rotina do Conselho entre suas reuniões.

Um oficial que trabalhou na cúpula do Exército até poucos anos atrás e conheceu bem o Conselho simplifica a questão:

— Para secretariar, bastam dez pessoas, incluída a moça da faxina e o rapaz que serve o cafezinho.

Mas ninguém abre mão voluntariamente de uma estrutura poderosa. A Saden tem hoje nada menos do que 627 funcionários,

segundo informou no início de junho o general Denys a parlamentares, em palestra no Palácio do Planalto, onde funciona, ocupando muito espaço, a Secretaria. O general não soube ou não quis dizer, entretanto, qual é a verba do órgão.

O quadro de pessoal da Saden é três vezes maior do que o existente na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em todo o país. A Procuradoria é responsável pela defesa da União em 200 mil ações.

Ineficaz. Na palestra, o chefe do Gabinete Militar procurou respaldar a atividade da Saden numa perspectiva nacionalista. Falou da dívida externa, afirmou que a coibiça internacional ronda a Amazônia, disse que a sensibilidade internacional diante das questões ecológicas da Amazônia é demagogia, defendeu a reserva de mercado para a área de informática, fez um balanço dos programas nucleares e descreveu a ação abrangente da Secretaria no Projeto Calha Norte.

Da UnB à Funai

Apesar de suas dimensões e da retórica, a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional não é, segundo um ministro de Estado, um organismo eficaz. Apenas a projeção do Exército dentro do Palácio do Planalto.

A falta de eficácia se comprovou recentemente no Congresso, na condução de um projeto de lei complementar à Constituição — o que regulamenta a função de forças auxiliares do Exército das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Representantes da Secretaria conseguiram negociar na Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados a adoção do regime de urgência. Quando estava em plenário para votação, a matéria suscitou protestos à direita, ao centro e à esquerda.

— Deputado Nelson Jobim, isto é um absurdo. Querem aprovar uma lei completamente inconstitucional — interpelou o deputado José Bonifácio, do PDS de Minas Gerais.

— Mas a Comissão de Constituição e Justiça sequer foi consultada — impacientou-se Jobim, que a preside.

Constatando que as objeções de Bonifácio poderiam ser procedentes, Jobim correu ao líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, e lhe solicitou que convencesse a Mesa da Câmara a enviar a proposta à Comissão de

Constituição e Justiça em vez de submetê-la em regime de urgência ao plenário. Ibsen concordou e o resultado da avaliação do projeto das Polícias Militares mostrou que ele estava certo. Por 42 unânimes votos contra, a proposta foi considerada inconstitucional.

Um de seus itens propunha que se desse aos comandantes das Polícias Militares o *status* de ministros de Estado. Outro mantinha no âmbito do governo federal — concretamente, do Ministério do Exército — poderes para legislar sobre normas gerais de regulamentação das Polícias.

Agora, Bayma Denys precisa do Congresso não para encaminhar interesses do Exército — que considera indispensável a subordinação das Polícias Militares, numa visão ainda ligada à doutrina de segurança nacional —, mas para decidir o futuro do organismo que dá peso político a seu próprio ministério.

Veto ao PT. Enquanto isso, a Saden continua interferindo nos mais diversos setores. Segundo informação obtida pelo RR no Palácio do Planalto, foi de militares da Secretaria que partiu o veto ao professor Carlos Ibañez, escolhido pela comunidade da Universidade de Brasília para suceder o reitor Christóvam Buarque. Ibañez é espanhol. Apesar de morar há 30 anos no Brasil, não se naturalizou. Mas o veto se prende sobretudo ao fato de que o professor é ligado ao PT.

A sobrevivência de um rebatizado Conselho de Segurança Nacional não convence sequer um deputado como Gilson Machado, do PFL de Pernambuco, que no início de sua carreira em Brasília contou com a ajuda do mais intransigente ministro militar da linha dura, o general Sylvio Frota.

Após ouvir a exposição de Bayma Denys no Planalto, Gilson Machado não se conteve:

— Ministro, considero que estamos tratando de um superministério, porque a estrutura desta Secretaria é muito grande e pode interferir em todas as áreas. A gente, por exemplo, tenta resolver um problema na Funai e não consegue porque se alega que as questões dependem de consulta à Saden.

O que é a nova Secretaria

Açúcar: governo susta vendas de Gusmão e Badaró e pode ir à Justiça

Sílvia Faria

O ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, embargou a exportação de 1,86 milhão de toneladas de açúcar a preços prefixados, acertada durante as gestões dos ex-ministros Roberto Gusmão e Murilo Badaró, em 1985. O cumprimento dos compromissos acarretaria grandes prejuízos ao país porque os contratos foram assinados a preços que, ao longo dos últimos quatro anos, subiram em até 370% e continuam em ascensão. Mas a decisão do ministro pode gerar uma disputa judicial entre o governo brasileiro e os compradores.

O primeiro embarque de açúcar determinado pelo acordo de 1985 deveria ter ocorrido em junho, mas foi suspenso por decisão amparada em parecer do ministro Carlos Átila, do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o parecer, os contratos de exportação, assinados com seis diferentes empresas estrangeiras, não podiam ser considerados como atos jurídicos perfeitos: estão plenos de irregularidades.

De qualquer forma, o embarque seria impossível porque o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) não dispõe do produto para remeter ao exterior e não há dotação orçamentária para subsidiar novas exportações a preços gravosos.

Má fé. Em carta enviada ao presidente do IAA, Henrique Turner, no dia 4, Roberto Cardoso Alves determinou o embargo das exportações re-

ferentes aos contratos firmados em 1985, alegando estar obedecendo a ordens expressas do presidente José Sarney. O ministro mandou que, a despeito da auditoria a que os contratos estão sendo submetidos, o IAA tente renegociá-los a preços atuais de mercado ou, se não puder corrigir os preços, suspenda os negócios unilateralmente.

Diante de eventual contestação judicial dos importadores, o ministro poderá contratar uma empresa internacional de auditoria para tentar provar que houve má fé entre as partes contratantes.

Os contratos firmados em 1985 com seis importadoras, entre as quais a Sucres Denrées e a F. D. Man, estabeleciam compromissos de exportação futura – até 1993 – de 1,86 milhão de toneladas a preços fixos de US\$ 91 a tonelada do açúcar demerara e US\$ 166 a tonelada dos demais tipos de açúcar. De lá para cá, só o açúcar demerara teve seu preço aumentado para US\$ 340 a tonelada.

Silêncio. Segundo Carlos Átila, os importadores não podem reclamar o cumprimento dos compromissos porque os contratos foram assinados pelos próprios ministros e não pelo presidente do IAA, como exige a legislação brasileira. Além disso, não foram publicados no *Diário Oficial* da União, outra exigência legal.

Átila considerou estranho que os negócios tenham sido contratados para entrega em até oito anos, quando a prática normal é a fixação de prazos máximos de um ano quando se trata de exportações a preços prefixados.

Reação dos importadores

Embora ainda não tenham adotado qualquer atitude, os seis grupos internacionais envolvidos na transação, liderados pelos franceses, já acertaram uma linha de ação, apoiada em duas frentes: o Congresso Nacional e a Justiça internacional.

Os compradores vão tentar atrair o apoio de parlamentares ligados aos interesses dos usineiros para que pressionem o governo a respeitar os contratos. A cumplicidade dos usineiros não seria difícil porque, para cumprir os compromissos de exportação, o governo seria obrigado a comprar açúcar dos produtores brasileiros a preços atuais de mercado e vender o produto pelos preços de 1985.

Uma derrota desse trabalho de lobby levará os importadores a apelar para a Justiça. Os contratos têm cláusulas de rescisão que entregam as decisões a uma arbitragem internacional.

Estoque de melado

Se Roberto Gusmão e Murilo Badaró não dispunham de assessores que os orientassem sobre o alto risco dos contratos que estavam assinando, tampouco o atual ministro, Roberto Cardoso Alves, parece contar com o apoio de técnicos que efetivamente entendam dos mecanismos da produção de açúcar.

Pelo menos é o que se pode concluir da curiosa recomendação feita pelo Ministério ao IAA em função da alta da cotação internacional do produto e da esperada privatização das exportações: estocar grande quantidade de açúcar a fim de revendê-lo, futuramente, às usinas interessadas em exportá-lo.

Os técnicos do IAA responderam, entre sorrisos irônicos, que a proposta não tem o menor sentido porque é impossível estocar açúcar por muito tempo: o produto se transforma em algo parecido com o melado, absolutamente inútil para comercialização.

PRIVATIZAÇÃO

Como agiu Robertão

Roberto Cardoso Alves conseguiu uma forma de driblar a resistência de Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu à sua intenção de comandar a privatização das exportações de açúcar: fez algumas alterações na proposta original formulada sob sua influência e vetada por seus dois colegas e encaminhou uma minuta de decreto diretamente ao presidente José Sarney.

Apesar das mudanças, a nova proposta de Roberto Cardoso Alves ainda não atende às exigências que os técnicos da Fazenda e da Seplan consideram fundamentais para que a privatização seja promovida com isenção: garantia de abastecimento interno, estabelecimento de regras para a fixação de cotas de exportação para as usinas e suspensão de mecanismos que criam uma espécie de reserva de mercado para os usineiros do Nordeste.

A primeira versão da proposta, feita por assessores próximos de Roberto Cardoso Alves, estabelecia um critério para a fixação de cotas de exportação aos usineiros – média das exportações realizadas nos últimos cinco anos – que foi retirado da segunda minuta.

O deputado e usineiro Gilson Machado (PFL-PE) notou a omissão e cobrou ao ministro Roberto Cardoso Alves, que atribuiu a responsabilidade pela mudança ao consultor-geral da República, Saulo Ramos. Este, por sua vez, devolveu a acusação ao ministro. Por causa dessa inconfidência, Gilson Machado e Cardoso Alves estão rompidos. Mas o deputado buscou apoio junto a seu colega Ricardo Fiúza (PFL-PE), também usineiro, para pressionar Sarney, que determinou que seu chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, reintegrasse o critério de distribuição de cotas ao texto do decreto.

Na noite de quinta-feira, um encontro entre técnicos da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio resultou numa decisão que reduz os riscos de desabastecimento. A exportação, depois de privatizada, passará a ser livre, mas com algumas restrições: ficará limitada ao excedente nacional do produto – e não aos excedentes regionais – e às usinas que estiverem em dia com obrigações fiscais e com o pagamento das cotas de contribuição do açúcar. Essa última exigência, atualmente, não é cumprida pela esmagadora maioria das usinas. Os técnicos informaram que o presidente José Sarney autorizou pressa na privatização.

IAA teme crise no abastecimento interno

Eduardo Ulup

O Instituto do Açúcar e do Alcool prevê a desorganização do mercado interno de açúcar nos próximos meses, caso o governo não adote medida para garantir o abastecimento depois da privatização das exportações do produto. Segundo o órgão, usineiros nordestinos estão se aproveitando do vazio criado pela disputa em torno da regulamentação do assunto e firmando contratos para exportação da safra deste ano, que no Nordeste começa a partir de setembro. O presidente do Instituto, José Henrique Turner, garante que o IAA não dispõe desse açúcar para exportação e não vai entregar mercadoria às usinas em detrimento do abastecimento interno.

– Eles terão que honrar esses contratos por sua conta, se necessário comprando açúcar no mercado internacional.

A irritação de Turner e seus assessores com usineiros nordestinos pode ser debitada em parte ao golpe sofrido pelo IAA em transações com duas usinas autônomas de Pernambuco: a Amorim Primo e a Refinaria de Açúcar do Norte, que, segundo o Instituto, são um exemplo do que pode acontecer no mercado se a regulamentação deixar de garantir o abastecimento interno e de transferir para a iniciativa privada os riscos do mercado.

Na semana passada, a usina Amorim conseguiu liminar da Justiça Federal obri-

Mailson: por que tanta pressa?

A carta seca e ativa em que o ministro Mailson da Nóbrega condenou o favorecimento de grupos interessados em lucros fáceis com a venda de açúcar ao exterior e comunicou ao ministro Roberto Cardoso Alves que a Fazenda e o Planejamento – Mailson falou em nome de João Batista de Abreu – não participariam mais dos estudos sobre privatização das exportações de açúcar mostra a que ponto se deterioraram as relações dentro do governo federal.

Datada de 15 de junho, a carta narra que, em telefonema dado dois dias antes, Cardoso Alves perguntou a Mailson se a Fazenda estava preparando medida provisória destinada a adiar por 120 dias o início da privatização das exportações. Mailson confirmou, referindo-se ao que havia sido decidido em reunião realizada no Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio sob a presidência do próprio Cardoso Alves.

Houve mal-estar quando Robertão retrucou que jamais havia cogitado da medida, pois tanto ele como o presidente do IAA, José Henrique Turner, são “privativistas”. Mailson quis deixar

gando a Cacex a emitir guias para embarcar cerca de 95.400 toneladas de açúcar vendidas, sem a concordância do IAA (vide RR 1170), à *trading* Sucres Denrées. A Refinaria do Norte também está lutando com o Instituto para exportar outras 17,3 mil toneladas do produto.

Segundo técnico do órgão, o açúcar não foi vendido a essas empresas pelo IAA, mas apenas entregue às usinas por determinação conjunta dos Ministérios do Planejamento, Fazenda e Indústria e Comércio, anda em março, já que o Instituto não dispunha de recursos na época para pagar a compra do produto às mesmas empresas. O dinheiro só apareceu no final de maio, autorizado pela Secretaria do Tesouro, poucos dias antes de entrar em vigor a privatização das exportações, no início de junho.

A essa altura, a Amorim e a Refinaria do Norte já haviam fechado negócio com a Sucres Denrées, assegurando um lucro fantástico em relação ao preço que lhes seria pago pelo IAA: US\$ 340 por tonelada exportada contra US\$ 162 a serem pagos pelo Instituto. A procuradoria do IAA ainda tentou questionar a exportação, assegurando que o decreto de privatização não é retroativo, mas as duas usinas foram mais rápidas no fechamento dos contratos. Agora – enquanto o navio da Sucres Denrées vai levando o açúcar e o dinheiro entra na caixa das usinas –, a Cacex e o Instituto se uniram para contestar judicialmente a operação na Justiça federal, anulando a emissão das guias de exportação.

clara sua posição, por escrito.

Lembrou a seu colega de governo que há mais de dez anos defende a privatização das exportações de açúcar, tendo sido autor dos primeiros estudos nesse sentido, ainda quando coordenava a assessoria econômica do então Ministério da Indústria e do Comércio. A decisão recente de privatizar as vendas externas foi adotada com base em estudo feito por Mailson, no ano passado.

Na carta, Mailson deixa claro que só pode haver um motivo para a pressa com que os usineiros pretendem promover a privatização: os altos preços alcançados pelo açúcar no mercado externo.

“Esse interesse decorre dos lucros certos e generosos que as exportações propiciariam neste momento, mas não vejo qualquer garantia de que os mesmos exportadores suportariam o ônus dos prejuízos quando as exportações viessem a ser gravosas, como ocorre com frequência”, afirma Mailson, acrescentando que, “em época não muito distante, as cotações internacionais do açúcar eram inferiores à metade dos nossos custos de produção”.

SADEN

Governo no governo

O RR teve acesso ao texto lido pelo general Bayma Denys para deputados e senadores das Comissões de Defesa Nacional da Câmara e do Senado. Não é difícil entender o espanto com que os parlamentares viram desenhar-se os contornos de um superministério, enclave militar com força decisória na mais alta esfera do governo.

O general projetou um diapositivo com o organograma da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden). Há seis subchefias que englobam praticamente todos os assuntos que interessam ao povo brasileiro. É uma estrutura que passa por cima dos ministérios militares, do Estado-Maior das Forças Armadas, do Itamaraty, dos Ministérios das Minas e Energia, Interior, Transportes etc. etc. Só fica de fora o Ministério da Fazenda. Nem o Planejamento escapa.

Um governo. A 1ª Subchefia, de Assuntos Políticos, trata das políticas de defesa e nuclear. A 2ª, de Assuntos Econômicos, estuda nada menos que mineração, metalurgia e siderurgia; agricultura, indústria e comércio exterior; ciência e tecnologia; energia e transportes; informática; química fina e biotecnologia. A 3ª, de assuntos ditos “psicossociais”, abarca ecologia; demografia e saúde; integração social; “problemática indígena”. A Subchefia de Assuntos Militares não faz por menos: Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae); cartografia, aerolevantamento e estatística; pesquisa de interesse militar; segurança nuclear; indústria bélica e exportação de material militar; criptografia e comunicações; monitoramento territorial. A 5ª Subchefia se dedica aos assuntos territoriais: faixa de fronteira e assuntos fundiários. Na 6ª, sob o rótulo de assuntos estratégicos, se englobam planejamento governamental; estudos estratégicos e prospecções; mobilização nacional.

Bayma Denys referiu-se às características consultivas da Secretaria, mas a verdade é que esse tipo de assessoramento tende a condensar a influência militar no governo da República.

Até 1964, o Conselho de Segurança Nacional (que surgiu no governo de Artur Bernardes, em 1927, justamente com o nome de Conselho de Defesa) não tinha grande importância. Depois do golpe militar, uma consulta ao Conselho deixou definitivamente marcada sua influência política: sob o comando do coronel Jayme Portella, elaborou-se a primeira lista de cassações de direitos políticos.

A Casa Militar era chefiada pelo general Ernesto Geisel, dedicado auxiliar do presidente Castello Branco, que entretanto perdeu a disputa no Exército para o grupo do ministro da Guerra, general Costa e Silva.

Quando Costa e Silva se tornou presidente, Portella assumiu a Casa Militar e, como secretário-geral do Conselho, fortaleceu suas atribuições. O Conselho avançou muito mais quando o general João Figueiredo se tornou chefe da Casa Militar do presidente Médici. Geisel chegou à Presidência da República e fez da Casa um Gabinete Militar, transformando-o em ministério.

UM INDEXADOR CONFIÁVEL

Petrobrás pede a Simonsen exame de custos

A Petrobrás está negociando a assinatura de um contrato para que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) analise a estrutura de custos e preços dos derivados de petróleo vendidos pela empresa. Acuado pelo rombo em seu orçamento e pressionada pela resistência do governo em conceder aumentos para os preços finais dos derivados, a Petrobrás tenta, através do contrato com a Fundação, definir com mais precisão base técnica que justifique a aplicação de algum tipo de indexador confiável amarrado aos custos da companhia, cuja fórmula seria submetida à aprovação do Palácio do Planalto.

A informação sobre o contrato com a FGV foi confirmada na semana passada ao RR pelo diretor da Fundação, Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda. O presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, procurou Simonsen para encomendar um estudo completo sobre as contas da empresa. Simonsen recomendou que Sant'Anna encaminhasse o pedido ao diretor de pesquisa da Fundação, Julian Chacel. Mas, segundo outra versão, o ex-mi-

—Empréstimo difícil—

A Petrobrás e o Banco do Brasil estão discutindo uma forma de viabilizar um financiamento da ordem de NCZ\$ 500 milhões para a empresa ampliar as instalações de estocagem de álcool. A orientação do ministro Mailson da Nóbrega é não incluir recursos do Tesouro no negócio. Se o Banco do Brasil quiser e a Petrobrás tiver condições de pagar juros de mercado, tudo bem para Mailson.

Mas o fato é que a empresa não tem condições de arcar com o custo do financiamento. Teria de oferecer garantias reais para se credenciar ao empréstimo. O Banco, por sua vez, alega que está sendo pressionado pelos empréstimos à comercialização da safra agrícola e não pode conceder juros mais baixos.

nistro não abandonou o assunto. Analisará a fundo a estrutura de custos e preços da Petrobrás, enquanto o departamento de Julian Chacel se encarregará exclusivamente de produzir a fórmula do indexador.

—A muralha contra a modernização—

Nomeado recentemente para a presidência da Petrobrás com a missão de gerenciar uma crise aplicando a fórmula da modernização, Carlos Sant'Anna está descobrindo, a cada dia que passa, como é difícil promover mudanças administrativas na paquidêmica estrutura de uma grande estatal. Os interesses em jogo na sociedade e o corporativismo dos funcionários da companhia têm frustrado o novo presidente, que já sofre fortes pressões para impulsionar de uma vez a chamada modernização da maior estatal do país.

Segundo assessores do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, responsável por grande parte da resistência à concessão de aumentos de preços como forma de cobrir o rombo da Petrobrás, Carlos Sant'Anna está valorizando excessivamente a questão do preço, relegando a segundo plano o enfrentamento da crise pelo lado dos custos, área mais nebulosa da companhia, até agora avessa ao espírito da transparência.

Na equipe econômica, as principais críticas a Sant'Anna referem-se à sua tolerância com as despesas de pessoal. Além dos salários indiretos — pagamento de creches, serviços médico e dentário, entre outros benefícios —, Sant'Anna herdou de seu antecessor, Orlando Galvão, uma folha de pagamento de US\$ 200 milhões, duplicada nas negociações conduzidas por Galvão, em março, época do subsídio dos petroleiros.

Subsídios. Para economistas da Fa-

zenda e do Planejamento, Sant'Anna acabou envolvido pelo corporativismo que torna a companhia impermeável a tentativas de saneamento. O corte de privilégios do pessoal da Petrobrás também é defendido por parlamentares como Roberto Campos e Delfim Netto, seja no Congresso Nacional, seja através de recentes artigos publicados em jornais.

Os funcionários, evidentemente, apontam o dedo do saneamento em outra direção. Segundo o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Antônio Maciel, o simples corte de subsídios concedidos pela estatal anulária o déficit de US\$ 700 milhões previsto para este ano e tornaria dispensáveis os reajustes de preços reivindicados por Sant'Anna.

Antônio Maciel polemizou com o senador Roberto Campos, na Comissão de Economia do Senado, e mostrou dados segundo os quais a eliminação de dois subsídios seria suficiente para acabar com o déficit: o que está embutido nos prazos de pagamento das distribuidoras de derivados (RR 1170) e aquele que é concedido na venda de nafta para a indústria petroquímica, que adquire a matéria-prima por US\$ 90 a tonelada, quando o preço no mercado internacional é de US\$ 180. Se o benefício à petroquímica resulta, segundo Maciel, em subsídio direto de US\$ 500 milhões anuais para grupos privados fabricantes de produtos finais.

RENATO ARCHER

Em depressão

O principal assessor jurídico do PMDB, Miguel Reale Jr., telefonou para o deputado Nelson Jobim (RS) no início da semana passada muito preocupado com o estado de ânimo do coordenador da campanha do partido, Renato Archer. Segundo Reale, o ex-ministro está desencantado com a falta de definição de rumos da candidatura Ulysses Guimarães e chegou a falar em deixar a coordenação. O resultado do encontro com preteitos em Foz de Iguaçu, organizado pelo deputado Luiz Henrique (SC), foi a gota d'água.

Da inquietação, Archer passou à depressão.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Vai explodir

É grave e vai piorar a crise da Previdência Social. Aliás, as crises. Na última semana, o RR publicou alarmante informação segundo a qual boa parte da carência de recursos do sistema seria contornada se fosse contida a evasão de recursos: 40% do que seria a receita são fraudados e sonegados.

Ouvidos a respeito, técnicos do Ministério e estudiosos da questão previdenciária comentam com desânimo que, mesmo diante da gravidade da questão, não há — nem acreditam que haverá neste governo — qualquer ação orgânica para evitar a sangria. Observam ainda que, com a receita desviada e com a racionalização do corpo de pessoal — 200 mil funcionários é demais —, a Previdência estaria equilibrada.

Caos. O problema previdenciário tem, entretanto, outras faces, informam os técnicos. A nova Constituição, ao firmar o conceito de seguridade social, propôs ação conjunta dos Ministérios da Saúde, Previdência, Trabalho, Fazenda e Interior. Nada foi feito até agora para definir a regulamentação pedida pela Carta de 1988.

Ou melhor: para garantir seu próprio orçamento, o Ministério da Previdência enviou projeto de lei ao Congresso pedindo a regulamentação da parte que lhe cabe. Quer cerca de 90% dos recursos destinados, pelos termos da Constituição, à seguridade social.

O Ministério da Saúde, no projeto em gestação, referente também apenas à parte que lhe caberia, reivindica algo entre 30 e 35% do bolo.

A conta, é óbvio, não fecha em 100% — além de estar de fora o sistema de assistência social, que ainda não mediu suas necessidades mas, pela demanda, precisaria de recursos que levariam as despesas a 150% do que foi previsto pela Constituição.

Um disparate provocado pela desorganização e absoluta inação dos ministros e da Presidência da República.

Efeito xerox

Como se não bastassem os problemas que atazanam seu dia-a-dia, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está sendo obrigado a se prevenir contra alguns de seus principais colaboradores. O ministro não tem conseguido dar um passo que não seja amplamente divulgado no dia seguinte. Graças à indiscrição que a vem notabilizando nos últimos dias, a assessoria da Fazenda está sendo chamada em Brasília de "equipe peneira": de lá, vaza tudo.

A xerox não pára.

Cinema em casa

O aumento substancial dos preços dos ingressos de cinema está sendo responsável por verdadeiro boom no mercado de videocassete este mês. Segundo a União Brasileira de Vídeo, deverão ser vendidas 400 mil fitas até o final de julho — o dobro do movimento previsto. As locadoras, responsáveis pelas compras, tiveram folga para aumentar os preços de aluguel, sem perder clientes, afastados das salas de projeção pelas altas ainda maiores. Com isso, estão pagando uma fita nova com cerca de 30 diárias de aluguel, contra as 50 anteriores.

- O retorno do primeiro projeto de venda de curtas-metragens em vídeo, o "Curta com as estrelas", animou a empresa responsável pelo lançamento, a Sagres, a projetar novos produtos para o próximo semestre. Em agosto será oferecido o "Curta com animação", com cinco desenhos animados nacionais, seguido do "Curta com a comédia".

PITO

Seladas as pazes entre o candidato do PDT, Leonel Brizola, e seu ponta-de-lança na área econômica, deputado César Maia. As arestas foram aparadas antes de o parlamentar embarcar para o Japão, segunda-feira passada. Durante a oportuna viagem, que manterá César Maia

com vendas aumentadas em cem mil exemplares nos últimos quatro meses, que elevaram sua tiragem para 300 mil exemplares, a revista *IstoÉ-Senhor* poderá encurtar o prazo previsto originariamente para alcançar a *Veja*, atualmente rodando 800 mil exemplares. De acordo com cálculos de especialistas do mercado publicitário, a meta inicial, de encostar na *Veja* no ano 2000, poderá ser alcançada em quatro anos.

Última forma

Até o primeiro turno das eleições, o Ibope realizará 14 novas pesquisas de opinião. Embora ainda sem datas marcadas, o Instituto tem como certa a divulgação de levantamentos semanais a partir de setembro. Dessa forma, acompanhará as modificações provocadas pelo início da programação gratuita do TSE no rádio e na TV.

longe da linha de fogo dos pedetistas que, segundo assessores do candidato, andaram jogando cascas de banana no caminho do deputado, Brizola se encarregará de reaprender todos os que, de olho no governo do Rio de Janeiro, tentaram empurrar Maia para fora do partido.

Os homens de ouro

Os números comprovam: o empresariado está optando por obter lucros no mercado financeiro, em vez de buscá-los através da produção e vendas. Pela primeira vez em cinco anos, a procura por executivos do setor financeiro ultrapassou a demanda por especialistas nas áreas produtiva e comercial. Em junho, empresas das oito principais capitais do país aumentaram em 18,8% as ofertas de emprego para técnicos em finanças, em relação a maio. Mas, se comparado ao mesmo período de 1988, o crescimento foi de 50%, contra 39,6% da área produtiva e 15,9% da comercial. A constatação, feita por pesquisa da Case Consultores, é explicada pela vice-presidente da "holding" Grupo Catho, Miriam Adissi, com a clara tendência de as empresas tentarem se proteger da crise econômica via aplicações financeiras. Com a economia indexada, os empresários buscam profissionais que consigam resolver as equações de prazos de entrega, pagamento, recebimento, oferecendo como resultado lucros com o simples giro do dinheiro. Na maioria dos casos, superiores aos que vêm sendo obtidos com a produção e vendas.

Flagrante

Apresentado na semana passada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), o pacote de projetos sobre reforma tributária que regulamenta o imposto sobre heranças e grandes fortunas foi considerado primoroso e irretocável pela área técnica do governo. Texto correto e claro, medidas adequadas e senso de justiça tributária caracterizam as propostas do senador, segundo economistas e juristas do governo, que apontam, no entanto, um único e insuperável pecado: o pacote é inconstitucional porque fere o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, item B da Constituição, que Fernando Henrique ajudou a fazer, no ano passado.

Culpado

As conclusões do Estado-Maior da Aeronáutica sobre o acidente do dia 21 de março, em Cumbica, com o Boeing-707 da Transbrasil indicam que a causa foi erro humano. O piloto fez mesma manobra errada ao se aproximar do aeroporto, acionando o freio junto com o spoiler (freio aerodinâmico usado para desacelerar o avião rapidamente). Ele deveria ter usado um sistema de cada vez. Conforme o RR 1156 noticiou, não houve problema mecânico.

Angela Coronel

PLANO DE CARREIRA

Seplan propõe regime único para servidor

O Ministério do Planejamento está fazendo um plano de carreira para o funcionalismo público que vai afetar pelo menos 700 mil servidores civis da União. A idéia básica do plano é unificar os regimes trabalhistas — estatutário e celetista —, constituindo um sistema único. Serão estabelecidas faixas salariais fixas segundo níveis funcionais e extintas todas as gratificações.

Aos servidores estatutários serão asseguradas a estabilidade no emprego e a aposentadoria integral sem exigência de contribuição previdenciária, direitos legalmente adquiridos. Seus vencimentos, que hoje correspondem a algo entre 8 e 12% do conjunto da remuneração, vão incorporar as gratificações. Um fundo de previdência semelhante aos existentes nas empresas estatais poderá ser criado para financiar a complementação salarial, no momento da aposentadoria.

Os funcionários celetistas que optarem pelo sistema único terão duas vantagens iniciais: estabilidade no emprego — hoje só oferecida aos concursados com mais de cinco anos de serviço — e aposentadoria integral sem contribuição para o INPS. Terão, no

entanto, que contribuir para o fundo de previdência, podendo utilizar para isso os recursos de que dispõem no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que será extinto no regime único de estabilidade no emprego.

Exceções. O regime unificado extinguirá cem tipos de gratificações criadas no setor público para elevar os salários dos funcionários. Essas vantagens serão incorporadas aos salários, que ficarão distribuídos por faixas em níveis simplificados — atualmente, a variação é tão caótica que só na faixa superior há 27 referências distintas.

O plano que está sendo elaborado pelo Ministério do Planejamento respeita as carreiras disciplinadas por leis específicas, como a diplomática, a dos fiscais de tributos, do ministério público e de auditores do Tesouro Nacional.

O presidente José Sarney criará, por decreto, um grupo de trabalho interministerial para organizar o novo plano de carreira. Esse grupo terá 90 dias de prazo para concluir o projeto, publicá-lo no *Diário Oficial*, considerar sugestões da sociedade e propor um projeto de lei ao Congresso.

Salário de estatal, paradigma dos militares

A equiparação dos soldos das patentes superiores das Forças Armadas com os vencimentos dos ministros do Superior Tribunal Militar, concedida na quinta-feira, dia 6, pelo presidente José Sarney, não esgota a questão salarial militar. Embora os integrantes das Forças Armadas se beneficiem com a medida, pois o alinhamento por cima se reproduz em toda a escala hierárquica, afirma-se novo critério: a comparação com funcionários das estatais.

Um oficial da Aeronáutica argumenta, por exemplo, que não há qualquer justificativa para a diferença de tratamento entre os funcionários da Petrobrás, do BNDES, da Eletrobrás, do Banco do Brasil e de outras instituições controladas pelo governo e os funcionários estatutários e militares.

O oficial não se detém no fato de que os salários reais dos funcionários das estatais também estão caindo; prefere apontar para a despesa que o país tem com sistemas especiais de assistência médica proporcionados aos funcionários

das estatais, aos quais se dá o direito de procurar médicos particulares e depois receber reembolso.

A isonomia ainda tem, entretanto, fortes adeptos, como o ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Roberto Camarinha. O brigadeiro afirma que o próprio presidente Sarney já havia aprovado a equiparação. Entre viagens a Teresópolis e encontros com amigos, Camarinha deixa sempre clara sua opinião de que os militares — especialmente os de escalões inferiores — estão com vencimentos muito baixos.

A questão salarial tem custado ao ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, seguidas críticas, que empanam os aplausos granjeados por sua decisão de não permitir que militares façam depoimentos em inquéritos civis sobre sua atuação em “missões constitucionais”, como a repressão aos operários de Volta Redonda. A proibição dos depoimentos entusiasmou oficiais da *linha dura* e foi recebida com a maior simpatia no Quartel-General do Exército.

COCA-COLA

Emoção pra valer

A Coca-Cola gritou, esperneou, fez lobby, mas tombou vencida: vai ter de agregar o custo do frete ao preço final do produto para efeito de cálculo do IPI. Com a aprovação da Medida Provisória 69 pelo Congresso, a Receita Federal conquista um instrumento para pôr fim à conhecida sangria de tributos através de artimanhas inventadas pelas indústrias.

Empresas que fazem também o frete de seus produtos transferiam parte do preço tributado para o custo do transporte. Dessa forma, o consumidor pagava o mesmo preço final mas a empresa recolhia menos imposto. A Receita descobriu o truque e incluiu na Medida 69 o artigo 15, mudando a base de cálculo do IPI e pegando os sonegadores no contrapé.

A Coca-Cola liderou o combate ao artigo 15. Emissários que se diziam enviados da empresa fizeram forte e convidativa pressão sobre os parlamentares. A defesa da nova base de cálculo foi liderada pelo deputado César Maia (PDT-RJ), que conversou e convenceu cada um dos parlamentares abordados pela empresa.

AERONÁUTICA

Hangares vazios

O programa do avião AMX está atrasado pelo menos seis meses e pode ficar praticamente parado até dezembro. A informação é do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, brigadeiro Cherubim Rosa Filho.

A FAB, que encomendou 79 aeronaves à Embraer, só vai receber três este ano. O projeto é executado pelas empresas italianas Aermacchi e Aeritalia (70%) e pela Embraer, mas se acentuam as restrições financeiras no lado brasileiro.

A Força Aérea só conseguiu, este ano, US\$ 80 milhões dos US\$ 300 milhões necessários para que o AMX decolasse de vez. O avião-caça tático, transônico, vai ter que esperar. O ministro Octávio Moreira Lima fez no Congresso uma exposição sobre o programa Italo-brasileiro e suas vantagens para a absorção de tecnologia, mas a conferência teve pouco efeito prático.

Segunda mão. Depois que a liberação de verbas e empréstimos passou a depender do Legislativo, as restrições aumentaram. A FAB ainda não conseguiu confirmar a compra de quatro aviões Mirage usados. E em 1990 terá de planejar a negociação de novos aviões para substituir os Xavantes.

O mais cotado no Estado-Maior é o italiano 339-C, uma espécie de Xavante melhorado. Se a Aeronáutica não tiver aviões para substituir os Xavantes até 1992, deverá paralisar uma das três unidades que usam esses aviões de origem italiana montados pela Embraer na década de 70.

Quanto ao VLS, o Veículo Lançador de Satélites para a Missão Espacial Completa Brasileira, o brigadeiro Cherubim avisa aos lobistas de empresas estrangeiras:

— Ele vai ser brasileiro, pois, do contrário, a missão não será completa brasileira. As nações ocidentais que têm a tecnologia do VLS estão nos negando dados sobre o sistema de guiagem.